

DEMOCRACIA ESCOLAR: O SENTIDO DA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Geovanna Arrais Lopes*

Resumo: O presente artigo tem como objeto de estudo a gestão democrática como uma prática política nas escolas públicas. Objetivando discutir o sentido da política em Hannah Arendt, enquanto representação da condição humana. Para tanto, a importância da contribuição do pensamento de autores como: Hannah Arendt ((2006), (2010); Brzezinski e Santos (2015); Dourado (2017); Bianchetti (2001); Azevedo (1997); Ball (et. al. 2016); dentre outros. O estudo está amparado nos conceitos dos autores que trabalham com a temática e na pesquisa de campo em uma escola estadual de Goiás. Conclui-se que, nesse modelo atual, a lógica de mercado está sempre presente nas propostas que atribuem às escolas a função de exercer capacidades para o exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Políticas educacionais. Projeto Político Pedagógico.

1. INTRODUÇÃO

Entendemos que a democracia está cada vez menos transparente, afastada dos verdadeiros anseios da população, corrompida pelos poderes econômicos e midiáticos. No dizer de Dalbério (2009) a escola vem assumindo, ao longo dos anos, um caráter centralizador, hierárquico e autoritário e que somente dentro de um processo de gestão democrática, entendida como uma das formas de superação desse modelo, é que se pode efetivar uma democracia escolar. O presente trabalho objetiva discutir o tema com base no sentido da política em Hannah Arendt, enquanto representação da condição humana.

O eixo orientador perpassa a ideologia no pensamento de Marilena Chauí (1987, p.65) como, “um meio alienante à medida que distancia os homens, destacadamente os trabalhadores, de sua existência material, impedindo-os de enxergar sua real condição de classe, vítima de um quadro de opressão.” As ideologias dominantes fazem prevalecer valores em nome de um bem comum.

* Mestranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2019/1.

Com relação à política; a democracia; a cidadania, o texto comunga com os autores e as idéias de que a “política é tema complexo, sempre vigente em face de sua atualidade em todos os tempos históricos: no passado, no presente e no futuro” (BRZEZINSKI, 2018), cujo sentido [...] “é a liberdade” (ARENDR, 2007, p. 28). A democracia “é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos [...] (CORTELA, 2005, p. 146. In. DALBÉRIO, 2009. P. 71). “A cidadania se aprende, mas, sobretudo, se conquista.” (SANTOS, 1987, p. 7. In. BRZEZINSKI e SANTOS, 2015, p. 14). Segundo o autor, é um compromisso que ganha força especialmente no Brasil, país em que, muitos nem se quer sabem que não são cidadãos.

Além do debate com os autores, procuramos relacionar os conceitos com a prática, através da pesquisa de campo feita com visitas e observação em uma escola estadual na cidade de Goiânia, e entrevistas com a equipe gestora.

O texto trás, primeiramente, uma abordagem da questão da lógica neoliberal e do conceito de política na visão de alguns autores, para chegarmos à discussão do sentido da política em Hannah Arendt. Para falarmos de políticas educacionais foi feita uma breve análise da teoria da organização do Estado, bem como o preceito constitucional de garantia do direito à educação, acesso e permanência bem sucedida. No segundo momento do texto foi discutida a gestão democrática como princípio da educação de qualidade referenciada no social, e a relação do Projeto Político Pedagógico nas escolas.

2. A LÓGICA NEOLIBERAL

Concordamos com Maria Célia B. Dalbério (2009) que o tempo presente não pode ser o único referencial e nem a dimensão local, isolada do contexto nacional e global. Há razões históricas para nossa época ser como é. Nessa perspectiva é que analisamos a história brasileira marcada por um autoritarismo e uma submissão no panorama político e econômico. O golpe de 1964 cerceou a liberdade de pensamento do povo brasileiro, representando a interrupção do avanço da democratização social e política, incluindo a educação escolar e popular, no Brasil.

Segundo Bianchetti (2001, p. 19) “para quem no futuro analisar a história dos processos políticos, as três últimas décadas do século XX certamente serão consideradas como a etapa da Hegemonia neoliberal”. Para o autor, a implementação econômica e político-social e a adoção das teses neoliberais tem início no contexto da crise do capitalismo

avançado, na década de 70 e da crise e do colapso do socialismo real. Surge então, a concepção da “democracia utilitarista” postulando a “neutralidade” do Estado. “No extremo, concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, será bem sucedida na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado” (AZEVEDO, 1997, p.17). Torna-se privado aquilo que é “nosso” do bem público, do bem estar social. É uma ideologia que penetrou no brasileiro. Para Íria Brzezinski, a retórica que esta ideologia trás é uma agressão à escola. O Banco Mundial, pra nós brasileiros, se coloca como “arauto” para preparar os projetos educacionais.

Podemos dizer que o contraponto ao neoliberalismo é a defesa do Bem-estar-social, onde o mínimo que o cidadão possa ter é alimentação, moradia, segurança, saúde, educação. Com um Estado interventor que mexe em todo planejamento para melhorar cada vez mais todas as áreas da sociedade.

É sabido que “todo cidadão do mundo moderno é súdito de um Estado” (Laski. In. CAMPOS, 2005, p.61). E que o Estado, uma instituição social, é produto da sociedade humana. No entender de Campos (2005, p. 61), a formação do Estado deveu-se a complexos processos sociais em diferentes épocas e lugares, Embora tenham tomado formas diversas, os Estados possuem características comuns. E há “uma estreita relação entre a formação do Estado moderno e o desenvolvimento do capitalismo”. No Brasil tem seu ponto inicial em 1930. Suas políticas sociais estabelecidas entre 1930 e 1945 permaneceram com idêntico formato até os anos 1970, e, a partir daí a tendência universalizante se faz presente. Para o autor, embora alguns programas de natureza social continuem funcionando, a crise fiscal dos anos 1980 reduz o orçamento público, o que produz reflexos nas políticas sociais.

3. A POLÍTICA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA

A política enquanto um “tema complexo” é de difícil conceito. Brzezinski e Santos (2015) coloca que, o caminho mais seguro é buscando a origem da palavra. Nessa direção Bobbio (2000, p. 159. In. BRZEZINSKI e SANTOS, 2015, p. 22) “derivado do adjetivo de *pólis* (*politikós*), significando tudo aquilo que se refere à cidade, e portanto, ao cidadão civil, público e também sociável e social”. Hannah Arendt (2010) na esteira de Aristóteles define a ação ou vida ativa como a do indivíduo que realiza sua existência por meio da liberdade, que participa ativamente da política. O homem para ser de fato considerado homem deve viver em

sociedade e a única maneira de tornar a vida social possível é através da política, fazendo parte e contribuindo para os desdobramentos da vida pública tornando a sociedade melhor.

A visão grega, que relaciona política com pólis (cidade-Estado), atualmente é a concepção mais aceita. No entanto, o conceito de política, em muitos autores, não é claro. Para Arendt (2006), não foi encontrada, filosoficamente, ao longo da história, nenhuma resposta válida para a pergunta o que é política? – a autora avalia ainda que “o homem é a-político. A política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora* dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação”. (ARENDR, 2006, p. 23).

Íria Brzezinski e Santos (2015, p. 61), utilizando do pensamento de Finer (1981), pensa a política enquanto um tipo de atividade, uma forma de comportamento humano. Porém, ao mesmo tempo que ela ganha força e sentido “como elemento formador da vida ativa, ocorre uma situação contraditória, pois também na modernidade verifica-se a banalização ou a gradativa perda de importância da atividade política no interior das sociedades” (BRZEZINSKI e SANTOS, 2015, p. 63).

Para Hannah Arendt a política não serve de meio para alcançar determinados fins, pelo contrário, a política deveria servir como sendo uma ação política que tem como sinônimo a liberdade.

Os regimes autoritários nos tira do espaço de liberdade, necessariamente, nos conduz a dar espaço aos liberais. Temos que entender o pensamento de Hannah na medida em que a autora nos esclarece que a política não é domínio, ela não deve deter o poder para si, mas ações baseadas em acordos, sendo uma representação da condição plural do homem. Percebe-se que hoje as questões voltadas para o abandono da coisa pública, o descontrole da inflação, o aumento do desemprego e das taxas de juros, a desvalorização da moeda, as dívidas públicas exorbitantes e todas as consequências desastrosas que um quadro social como esse podem acarretar na vida do cidadão comum revela um risco bastante sério, colocar nas mãos de líderes radicais a solução para os problemas que a democracia se mostrou incompetente para resolver.

O fato é que a palavra democracia hoje perdeu completamente o sentido original, porque o povo participa minimamente de todo o processo, não pratica a política junto a quem vence a disputa. Então, a vida da ação ou a vida ativa é a de quem está dentro da política pertencendo a ela verdadeiramente no desenvolvimento da sociedade.

A vida verdadeiramente humana requer ir além da moradia, da alimentação, é justamente a ação política consciente, a participação de todos para a transformação da sociedade, tendo necessidades artificiais, que estão ligadas às leis, a política, a moral e outras instâncias. A existência social legítima permite que os indivíduos cultivem a autonomia reflexiva e seja parte integrante de um sistema de contínuo debate e participação política, não simplesmente a mera obediência cega prestada a um determinado regime que restringe liberdades.

A democracia cada vez menos transparente, afastada dos verdadeiros anseios da população, corrompida pelos poderes econômicos e midiáticos, correrá um dia o risco de não mais se sustentar como opção política viável a ponto de levar os cidadãos a trocar sua liberdade pela segurança e austeridade prometida pelos líderes autocráticos. Até quando as pessoas resistirão à adesão aos “generais salvadores da nação” com seus discursos populistas e radicais diante de cenas patéticas de governantes familiarizados com a corrupção, a incompetência, a demagogia e o retrocesso na adoção de medidas descabidas que de modo algum favorecem a população que os elegeu.

Para Hannah Arendt (2010) labor, trabalho e ação são conceitos imprescindíveis para a compreensão do que é necessário para o entendimento dos riscos presentes na formação de um indivíduo apartado da conscientização acerca do que representa a verdadeira política que jamais deveria se render aos apelos dos sistemas totalitários em detrimento da cidadania nascida no seio democrático, no qual as pessoas ganham a possibilidade de pensar de forma mais autônoma e menos ligada ao dever prestado às lideranças ditatoriais que roubam delas o direito de refletirem sobre as consequências negativas de suas ações.

A cultura brasileira nasceu de uma situação de subalternidade e a ditadura militar também deixou ranços e sequelas, ainda existe imobilismo e inércia por conta dos abusos de poder e das ações contra o bem comum destes períodos.

Para Dalberio (2009, p. 73) a democracia que nos é apresentada é uma democracia mentirosa, com um discurso vazio fazendo com que os homens sejam apenas massa de manobra. A democracia real, é aquela na qual existe o desejo e a prática de justiça e de respeito a todo ser humano e, mais ainda, há luta pela sua humanização.

Os avanços quanto ao processo de democratização contínuo na década de 1990, quando foram promulgados outros documentos e leis, como a Conferência Mundial da Educação para Todos em Jomtiem, que propôs equidade social nos países mais pobres, no Brasil foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania em 1990, em 1993 o

Plano Decenal de Educação para Todos, em 1994 a Declaração de Salamanca, em 1996 a Conferencia Nacional de Educação para Todos e por fim em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todos esses documentos e Lei repercutem na sociedade e na escola, e fazem do direito à democracia e à cidadania um direito legal.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996), e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n.10.127, 09/01/2001). Porém, a democracia escolar somente será efetiva e real se existir a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito naquele espaço. Na prática isto não acontece. No dizer da coordenadora pedagógica da escola observada, a participação dos pais nas reuniões para tratar dos assuntos relacionados aos projetos de melhoria da aprendizagem das crianças, é quase insignificante. Além de comparecer em pequena quantidade não se mostram interessados na discussão do assunto. Para Dalbério (2009) “a *democracia escolar* só se efetiva dentro de um processo de gestão democrática, entendida como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos” (DALBERIO, 2009, p. 73).

O professor e a escola devem ter autonomia na sala de aula, bem como na relação com a comunidade para que se consiga um projeto pedagógico eficiente.

Pensar sobre a prática implica buscar alternativas para mudanças, tomar decisões para a inovação da prática educacional. No entanto, o que geralmente acontece é a inibição da participação. De um lado, a legislação e os discursos inflamados com a ideologia neoliberal proclamam a democracia como bandeira, por outro na prática persiste o autoritarismo, criando uma falsa participação.

Desta forma, como se pode realmente fazer a democracia na escola? Após a Conferência Mundial da Educação Para Todos em 1990 institui-se a elaboração de um *Projeto Político-pedagógico* com o intuito de nortear a educação de qualidade. A gestão escolar dará maior consistência e qualidade ao projeto político-pedagógico, se for, de fato, uma gestão democrática e autônoma. A autonomia administrativa garante à escola a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos. A gestão democrática não se

resume em apenas eleger os diretores, ela vai muito além disso, como exemplo, a criação de conselhos de classe.

O conselho de classe deve representar um apoio, uma estratégia de ação, na qual todos se reúnem tendo em vista a melhoria nos resultados do processo de ensino. O conselho de classe deve se preocupar em como acontece o processo ensino-aprendizagem, conduzindo à avaliação da aprendizagem do aluno, mas também do trabalho do professor e da equipe escolar como um todo. Não se pode esquecer que “a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta por em ação” (LAFER, 1975. In. Azevedo, 1997, p. 59). Para o autor, o cotidiano escolar representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar “concretude a uma política – *policy* – entendida aqui como um programa de ação”. Política que, nesta forma de compreensão, “diferencia-se do significado de *politics*: das relações políticas ou da política domínio.

Para analisar a orientação das políticas educacionais dentro do modelo neoliberal devemos considerar dois aspectos:

Em primeiro lugar; as tendências teóricas coincidentes com essa concepção social e que têm relação com a proposta dos objetivos a serem alcançados pelo sistema educativo, no que se refere à formação e capacitação das pessoas. Neste caso nos referimos às políticas “em educação”, ou seja, às orientações refletidas na estrutura e nos conteúdos do currículo. Elas dependem não só das condições políticas de uma conjuntura histórica, mas também das características e do poder dos grupos hegemônicos. Esta relativa autonomia da educação em relação a outros níveis da sociedade reflete a dinâmica do processo em que ela se desenvolve.

O segundo aspecto refere-se as políticas “para a educação” desenvolvidas pelo governo como parte das políticas sociais, que se refletem nas características e funções propostas para o sistema educativo. Neste caso as ações se orientam fundamentalmente à conformação de uma estrutura educacional que seja o veículo de efetivação das exigências do modelo social.

Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, identificamos a “teoria do capital humano” como a que, por sua perspectiva economicista, responde melhor aos princípios sustentados por essa tendência. Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos “recursos humanos” para a estrutura

de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessário. O primeiro deve responder de maneira direta à demanda do segundo.

Deste modo o neoliberalismo, ao rejeitar a planificação social, deixa livre às leis da oferta e da demanda as características e orientação do sistema educativo.

Uma outra teoria “a teoria das decisões públicas” – não se interessa, por princípio, na solução mais justa, ou melhor: por um lado, se preocupa com a organização do aparelho de produção dos bens públicos como a defesa nacional, a administração de justiça, aplicação da igualdade e da liberdade e demais valores característicos da Esfera do Estado; - por outro, com o sistema de pressão, sanção e recompensa que determinam o comportamento dos agentes que concorrem a produção dos “bens públicos” (Fontaine Aldunate, 1980).

A reforma do sistema educacional obedece, em cada momento às necessidades impostas pelas condições econômicas e sociais mais gerais da sociedade e sua formulação e implantação estão sujeitas à correlação de forças existentes entre o poder político vigente e o conjunto das forças sociais, sobretudo as diretamente envolvidas na questão educacional (Popkewitz, 1993:3).

A observação *in locu*, muito contribuiu para o entendimento de como as políticas educacionais são recebidas e transformadas na prática do chão da escola. A escola observada atende 266 alunos do ensino fundamental (1º a 9º ano), sendo na modalidade integral das 7 às 17h. Em relação ao processo de mudança de regime didático-pedagógico curricular para escola de tempo integral, a diretora relata que no início foi um grande impacto tanto para os servidores quanto para os alunos, principalmente em relação à extensão do horário. Como ponto positivo cita: a dedicação exclusiva do professor na Unidade Escolar. E na questão curricular tem-se a parte diversificada com projetos de Iniciação Científica, Projeto de Vida, Protagonismo Juvenil. Segundo a mesma, percebe-se um grande avanço no aprendizado dos alunos.

Sobre as condições de trabalho do professor e a organização democrática das relações intra e extra-escolares que favorecem o atendimento do princípio constitucional brasileiro de garantia ao direito à educação, como o ingresso e permanência com sucesso dos alunos, segundo a diretora, vem sendo atendida pela escola. No entanto ela ressaltou que quando o profissional vem para a escola de tempo integral, ele precisa entender o que é essa escola, e compreender o processo. Ao questionarmos sobre a greve e a repercussão na comunidade escolar a gestora concorda que é um direito do trabalhador da educação, porém não participa desse tipo de luta. Mas não interfere na vontade de ninguém. E que repassa para todos, os

informes que vem da Coordenação Regional. E mesmo quando alguns participam de greve, e isso acontece sempre, não tem nenhum atrito na escola porque cada um é livre e todos respeitam o direito de cada um.

Durante a observação e as entrevistas com a equipe gestora, fomos vivenciando o quadro da contradição nas instituições educacionais que no dizer de Brzezinski e Santos (2015, p. 16), por um lado, constata-se o apelo para a preparação do indivíduo como cidadão. Por outro, verifica-se um quadro de apatia política. Observa-se também no que se refere à prática da política, enquanto a utilização dos instrumentos criados ou fornecidos pelo Estado, estar “[...] sempre inacabada, ou em vias de ser alterada” (BALL; MAGUIRRE; BRAUN, 2016). Destacando o caráter original, desordenado, e, muitas vezes, incoerente da atuação da política.

Após a Conferencia Mundial da Educação Para Todos em 1990 institui-se a elaboração de um Projeto Político Pedagógico com o intuito de nortear a educação de qualidade. Projeto é projetar ações para realizar mudanças visando a instituir uma nova realidade. A gestão escolar dará maior consistência e qualidade ao Projeto Político Pedagógico, se for, de fato, uma gestão democrática autônoma.

A autonomia administrativa garante à escola a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos. A diretora Ingressou no cargo por meio de eleição organizada por uma comissão eleitoral, composta por um representante de cada segmento: professores, pais, alunos e administrativos, sendo três concorrentes ao pleito. Todos os candidatos fizeram suas propostas de trabalho que foram apresentadas para toda a comunidade escolar interna e externa, através de reuniões e também expostas nos murais da escola. Sabemos que a gestão democrática não se resume em apenas eleger os diretores, ela vai muito além, como por exemplo, a criação de conselhos de classe.

O conselho de classe deve representar um apoio, uma estratégia de ação, na qual todos se reúnem tendo em vista a melhoria nos resultados do processo de ensino. O conselho de classe deve se preocupar em como acontece o processo ensino-aprendizagem, conduzindo à avaliação da aprendizagem do aluno, mas também do trabalho do professor e da equipe escolar como um todo.

Atualmente, avaliações nacionais e internacionais evidenciam que o Brasil ainda não encontrou a fórmula de o saber ser democraticamente distribuído entre todos. A educação, De acordo com a Instrução Normativa 001/2013 do Conselho Estadual de Educação, o processo

de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), deve ser participativo, dialógico, democrático com base na realidade interna e externa da instituição educativa. O PPP de uma instituição educacional é, ou “deveria ser” o documento norteador de todas as ações desenvolvidas na escola, cuja finalidade é garantir a permanência e aprendizagem, com qualidade, de todos os educandos. Deve, ou “deveria”, ser construído conjuntamente com a comunidade escolar e a comunidade extra- escolar.

Dizemos, deveria, porque na realidade não é o que acontece na maioria das escolas brasileiras. O documento muitas vezes fica a cargo da coordenação pedagógica e sua construção relegada quase que apenas para atender à exigência da Secretaria da Educação. Foi o que observamos na escola campo. Ao ser indagada, sobre o assunto, a diretora responde que quando assumiu a gestão já tinha um PPP pronto, então todo ano ele é reformulado pela coordenação juntamente com os professores, nas reuniões semanais e nos trabalhos coletivo que acontecem bimestralmente, porém, nem sempre tem a participação de todos nessas reuniões. Em nenhum momento foi mencionado a participação de alunos ou pais.

O documento não estava acessível em nenhum ambiente como sala dos professores, biblioteca, sala de reuniões. Percebe-se uma certa resignação dos processos participativos, um sentimento de “descrença na possibilidade de formular iniciativas coletivas, capazes de construir verdadeiramente um compromisso com a cidadania e com a transformação social” (BRZEZINSKI; SANTOS: 2015, p. 167).

Esta fragilidade da participação política, no dizer dos autores, “esse cenário não é aleatório, mas fruto de interesse de classes dominantes. A ignorância, especialmente a política, é cultivada e reproduzida no e pelo sistema, e assim, mantida estrategicamente” (Ibidem. p. 166). O espaço de conquista do professor, na luta pelos direitos, vão perdendo forças junto às ações do governo, como exemplo, o projeto RECONHECER, implantado pelo governo do Estado de Goiás com o objetivo de premiar o profissional assíduo, com gratificação financeira mensal. Tais projetos ajudam a desarticular a consciência crítica, a mobilização e a luta política. Brzezinski e Santos (2015), ao analisarem a realidade brasileira, afirmam que “atualmente a palavra “política” é acompanhada por significativo repúdio coletivo” (p. 164). Isso gera uma situação bastante confortável para a elite dominante.

É importante a reflexão sobre o sentido da política na sociedade contemporânea. Conhecer as contribuições de clássicos como Marx e Arendt, no dizer de Brzezinski e Santos (2015), é beber na fonte que dará suporte para o exercício da cidadania participativa e coragem para assumirmos a luta na conquista dos direitos e defesa do outro, e do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, nesse modelo atual, a lógica de mercado está sempre presente nas propostas que atribuem às escolas a função de exercer capacidades para o exercício da cidadania. A escola não tem conseguido cumprir a sua função de ensinar a toda diversidade de alunos presente no seu cotidiano. A ideia de diversidade trouxe a obrigação do reconhecimento de que não há mais homogeneidade na escola. Agora o professor está diante de algo que não conhece. Ainda mais que as políticas educacionais brasileira estão inseridas num “campo marcado pela polissemia e por interesses diversos, por vezes contraditórios”, resultado das disputas de projetos com “concepções distintas do papel do Estado e do planejamento, da relação entre os entes federados e, como substrato, da lógica de organização, gestão e financiamento dos sistemas, suas redes e instituições.” (DOURADO, 2017, p. 29).

A escola se faz democrática, garantindo a participação de todos, por meio de uma gestão e do Projeto Político-pedagógico. O modelo de educação democrática e antidiscriminatória, onde se verifica uma gestão participativa, comprometida com uma escola pública de qualidade, possui o objetivo de formar alunos livres, conscientes e capazes de promover uma aproximação crítica entre a escola e a vida.

Desta forma, a cidadania será construída no exercício efetivo de práticas democráticas e participativas na escola, comprometida com a emancipação e a autonomia dos sujeitos ativos e atores de sua própria história. A lógica neoliberal só reforça o Estado de classe, sustenta um capitalismo altamente selvagem, provocando uma desigualdade social imensa, resultado da desigualdade educacional alienante.

Por isso é fundamental e urgente pensar uma educação não apenas técnica, burocrática, mas acima de tudo moral, pautada na formação de alunos responsáveis, críticos, participativos e conscientes da importância da alteridade. A escola emancipadora nutre verdadeiros espíritos livres, sem aprisionamento às padronizações impostas por regimes políticos autoritários ou falsas democracias que alienam seus cidadãos. É preciso educar para a autenticidade, audácia, questionamento, crítica, de modo a combater a obediência cega aos meios de produção ou aos comandos dos líderes da política seja ela qual for. A educação deve valorizar a vida ativa e a moral, de modo a permitir que as pessoas conheçam a verdadeira política.

Os riscos da adoção de medidas extremistas, que desconsideram o valor de ver o outro como parte da humanidade da qual cada um de nós faz parte, se mostram cada vez mais presentes no cenário político atual e a educação deve de algum modo abrir os olhos das

peças em relação a isso. Só assim a banalização do mal e os tempos sombrios poderão ceder espaço para a formação de seres que não se deixam seduzir pela racionalização do desejo de eliminar os que não parecem se encaixar na meta moderna do extermínio do que parece ser imperfeito, ineficiente e incapaz.

Abstract: The purpose of this article is to study democratic management as a political practice in public schools. Aiming to discuss the meaning of politics in Hannah Arendt, as a representation of the human condition. For this, the importance of the contribution of the thought of authors such as: Hannah Arendt (2006), (2010), Brzezinski and Santos (2015), Dourado (2017), Bianchetti (2001), Azevedo The study is based on the concepts of the authors who work with the subject and the field research in a state school in Goiás. It is concluded that, in this current model, the market logic is always present in the proposals that attribute to schools the function of exercising capacities for the exercise of citizenship.

Keywords: Democratic management. Educational policies. Political Pedagogical Project.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. *O que é política?* / {editora, Ursula Ludz}; tradução de Reinaldo Guarany. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 240p.

_____. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975;

_____. *Sobre a revolução*. São Paulo: Schwarcz, 1965.

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores associados, 1997.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BALL, Stephen J.; MAGUIRRE, Meg; BRAUN, Annette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 220 p.

BIANCHETTI, Roberto G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BRZEZINSKI, Íria. *Política: conceito complexo*. Texto orientador das aulas de Políticas Educacionais 2018/1º semestre.

BRZEZINSKI, Íria; SANTOS, Cristiano Alexandre dos. *Sentido e significados da política: ação e liberdade*. – Brasília: Liber Livro, 2015.

CAMPOS, F.Itami. *Ciência política*. – Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. *Políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade*. São Paulo: Paulus, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ ANPAE, 2017.

FONTAINE ALDUNATE, A. *Más allá del Leviatán*. Revista de Estudios Públicos, Chile, 1980.

POPKEWITZ, Thomas (1997). *Reforma educacional, uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação* (Porto Alegre: Artes médicas).